

Formação para a conformação? Uma análise das redes da Fundação Itaú Social na implementação da BNCC**Formation for conformation?** An analysis of the Itaú Social Foundation networks on the implementation of the BNCCKarine Morgan¹Marcelo Mocarzel²**Resumo**

O artigo decorre de uma pesquisa anterior, que analisou a atuação da Fundação Itaú Social enquanto um aparelho privado de hegemonia que age sobre a educação brasileira. Dentro de suas diversas frentes de atuação, recortou-se a categoria “formação”, mais especificamente cursos voltados para a formação docente para a implementação da Base Nacional Comum Curricular. Foi realizada uma descrição da estrutura da Fundação, bem como as contradições entre o que postula seu estatuto e o que se verifica na realidade. Utilizou-se a análise de redes sociais como ferramenta metodológica, construindo-se o grafo sobre os elos e nós da Fundação com outros setores, instituições e empresas, indicando como o empresariado vem se organizando no Brasil para influir na formulação, implementação e avaliação das políticas. A partir do estudo, concluiu-se que a concepção de educação subjacente aos programas e projetos da Fundação Itaú Social contribuem para a perpetuação de uma visão dualista e elitista da educação.

Palavras-chave: Formaçã. Fundação Itaú Social. BNCC.

Abstract

The article stems from a previous research, which analyzed the performance of Itaú Social Foundation as a private apparatuses of hegemony in Brazilian education. Within its various fronts of activity, the category “formation” was cut out, more specifically courses aimed at formation for the implementation of the BNCC. A description of the Foundation's structure was carried out, as well as the contradictions between what its statute claims and what is verified in reality. The analysis of social networks was used as a methodological tool, building graphs on the interfaces and nodes of the Foundation with other

¹ Doutora em Educação pela UFF. Professora da Uerj/FEBF e professora da Famath. E-mail: morgan.uff@gmail.com

² Doutor em Comunicação (PUC-Rio), com pós-doutorado em Educação (UFF). Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCP e professor dos cursos de Graduação e Pós-graduação do Unilasalle-RJ. E-mail: marcelomocarzel@gmail.com

sectors, institutions and companies, indicating how the business community has been organizing itself in Brazil to influence the formulation, implementation and evaluation of policies. From the study, it was concluded that the concept of education underlying the programs and projects of Itaú Social Foundation contributes to the perpetuation of a dualist and elitist vision of education.

Keywords: Formation. Itaú Social Foundation. BNCC.

Introdução

Nas últimas década do século XX, o empresariado mundial, visando à composição de uma “nova sociabilidade mais adequada aos interesses privados do grande capital” (SHIROMA, GARCIA; CAMPOS, 2011, p. 226) e tendo como norteamento fóruns e organismos multilaterais, buscou se organizar de maneira mais sistemática. No Brasil, não foi diferente, tendo os chamados reformadores empresariais (FREITAS, 2012) ou agentes do filantropocapitalismo / filantropia de risco (FOSTER, 2013) como protagonistas.

A filantropia tradicional modifica-se nesse contexto: da caridade paliativa, identificada como “Filantropia 1.0”, passando pela caridade para o desenvolvimento, ou “Filantropia 2.0” até à atual caridade lucrativa, nomeada “Filantropia 3.0”. (BALL; OLMEDO, 2013. p. 34) Olmedo (2013) diferencia, ainda, as formas originárias da filantropia, da que é exercida hoje em, ao menos, três pontos principais.

O primeiro deles relaciona-se com “questões de política” (OLMEDO, 2013, p. 482) através da qual os atores políticos tornam-se cada vez mais essenciais, ultrapassando a perspectiva de “provisão” e atuando de forma mais incisiva em áreas como a “concepção, promoção, e negociação de processos de política em todas as áreas e domínios da atividade humana, incluindo a reorganização e promulgação dos serviços públicos, ação cívica, e desenvolvimento comunitário” (OLMEDO, 2013, p. 483).

Imprimem, assim, a ideia de que aos empresários cabe também a tarefa moral de atuar nas condições de vida da sociedade em que atuam, assumindo um comprometimento social que permitiria descolar a imagem dos filantropos dos processos capitalistas de acumulação de suas próprias fortunas dos quais

decorrem a desigualdade e os problemas sociais, que supostamente, se propõem a enfrentar. Essa nova função dos empresários inseridos na filantropia 3.0 advoga pela reorganização do papel do Estado, a partir de um compartilhamento de responsabilidades com organizações sem fins lucrativos, empresas e suas fundações, filantropos individuais, dentre outros agentes. “[...] a lógica da beneficência defende mudanças fundamentais na forma de governança, onde o Estado é responsável pelo financiamento dos serviços públicos, mas não precisa necessariamente ser responsável por sua provisão” (OLMEDO, 2013. p. 484).

O segundo ponto de diferenciação apontado pelo autor refere-se à governança filantrópica neoliberal, conhecida como “Filantro-capitalismo” (BISHOP; GREEN, 2010 *apud* OLMEDO, 2013). Tendo como pressuposto fundamental a ideia de fazer o bem, não renunciando à maximização dos lucros, os novos filantropos direcionam seus investimentos sociais para a criação e proliferação de empreendimentos com fins lucrativos, que se destinam a resolver problemas sociais diversos, utilizando-se fortemente da ideia de que a iniciativa privada, vide seu sucesso no campo dos negócios, é capaz de realizar tais ações de forma mais eficiente que o Estado.

A terceira característica marcadora da diferença entre a filantropia 1.0 e a 3.0 incide sobre a criação e consolidação de redes internacionais e governança filantrópica caudatárias da globalização econômica e da proliferação de corporações multinacionais, que buscam desenvolver soluções escaláveis, independente dos condicionantes locais.

As conexões dessas redes são constituídas a partir de origens distintas, mas são sustentadas por meios de comunicação instantânea e, principalmente, por viagens de pessoas e entidades filantrópicas, que fortalecem os vínculos a partir dos encontros internacionais, seminários, conferências, simpósios, dentre outros, financiados e promovidos por programas e instituições filantrópicas globais.

Por todo o exposto, o autor conclui que esta nova filantropia, em última instância, colabora para que o papel do Estado seja deslocado de suas funções passando-o a entidades que estão comprometidas com interesses particulares

cujo poder pode desafiar o poder do Estado, obrigando-o a redirecionar sua agenda política.

Estas entidades filantrópicas têm por característica fundante, uma flexibilidade na prestação de contas à sociedade que o governo (por ter sido eleito e por dever prestar satisfações ao seu eleitorado) e o empresariado (por dever prestar satisfações aos seus acionistas) não possuem. Além disso, “a filantropia é capaz de operar através das fronteiras do público e do privado e fazê-lo com pouca ou nenhuma responsabilização perante seus diversos públicos” (FRUMKIM, 2006 *apud* OLMEDO, 2013. p. 495).

As relações entre o público e privado em educação no Brasil, no entanto, não têm sua origem neste momento e contexto histórico. Ao contrário, remontam da própria gênese da educação brasileira, materializando-se na presença maciça da Igreja Católica no oferecimento (quase que exclusivo) de vagas e, ainda, ao longo de toda a constituição do ordenamento legal da educação.

Os fatos históricos narram a inserção de representantes do empresariado na formulação de legislações diversas e em espaços de discussão importantes no cenário educacional brasileiro (MARTINS, 2009), compondo parte da arena de disputas em torno da hegemonia de um modelo societário e da função social da educação.

Segundo Neves (2005), nos anos de reabertura política no Brasil, após a ditadura civil-militar (1964-1985), há uma complexificação econômica e político-ideológica da sociedade, promovida pela abertura à participação política da sociedade. Nesse sentido, há a criação e fortalecimento de organizações de trabalhadores, contra as quais a burguesia armou-se analogamente com a organização de mecanismos não estatais, que objetivaram, em última instância, manter hegemônica sua própria perspectiva societária. Emergiu, desta maneira, “uma complexa rede de organizações de massa, de sujeitos políticos coletivos”. (NEVES, 2005, p. 85).

É importante salientar, no entanto, que tal movimento não se constitui em uma exclusividade brasileira, tendo sido observado em toda América Latina. Martins (2009) mostra-nos que

[...] os empresários têm se fortalecido como uma das vozes mais significativas na disputa pelo controle dos conteúdos, métodos e finalidades da educação da classe trabalhadora, ou seja, pela condução da política educativa latinoamericana, intensificando seu condicionamento aos interesses privados. (MARTINS, 2009, p. 23).

Em pesquisa anterior (MORGAN, 2020), foi possível verificar a predominância e influência de atores privados nos discursos públicos sobre educação no Brasil, a partir de diversos mecanismos de atuação como entrevistas concedidas à mídia, realização de pesquisas, elaboração de projetos, concessão de prêmios, apoio financeiro a outras entidades, elaboração de material informativo, cursos de formação e participação em audiências públicas nas casas legislativas, dentre outras ações.

Um dos sujeitos coletivos com maior alcance e incidência é o Movimento Todos pela Educação (TPE), cuja presença tem sido demandada em diversos espaços estatais e não estatais (em especial na grande mídia e nas casas legislativas) para professar publicamente o que Chauí (1997) caracterizou como “discurso competente”, sobre todos os aspectos da educação (MARTINS, 2009).

Em análise preliminar, levantaram-se parceiros, apoiadores e mantenedores do TPE e verificou-se que a lista de mantenedores possui 16 sujeitos, composta, principalmente, por institutos e fundações ligadas ao empresariado. Dentre esses, cinco integram o setor bancário ou rentista, das quais três são pertencentes à ITAÚSA holding S.A. Ainda em relação à lista de mantenedores, encontra-se um único sujeito individual, Milú Villela, a maior acionista individual da ITAÚSA holding S.A (MORGAN, 2020).

A presença do Banco Itaú no TPE, no entanto, não representa a sua única frente de atuação em educação. O Itaú Unibanco, atualmente o maior banco da América Latina, só no ano de 2018, investiu cerca de 218 milhões de reais em seus projetos a partir de seus braços sociais, como o Instituto Unibanco e a Fundação Itaú Social (FIS).

A maior parte do investimento, aproximadamente 129 milhões de reais, foi executado pela Fundação em programas e projetos diversos. A FIS, cuja missão, constante em sua página é “Desenvolver, implementar e compartilhar tecnologias sociais para contribuir com a melhoria da educação pública

brasileira.”³ propõe-se a “Ser um polo de desenvolvimento educacional articulador, agregador e produtor de conhecimento, para a consolidação da educação e da proteção de toda criança, adolescente e jovem, como prioridades da sociedade”⁴.

O significativo montante investido, o número de projetos e o alcance, sua numerosa e influente rede de parceiros e suas relações com o poder público justificam a relevância do tema a ser tratado neste trabalho, assim como a necessidade de outras pesquisas que auxiliem no descortinamento das ações da FIS em educação, que contribuem para o fortalecimento de uma sociedade que atenda, cada vez mais, às demandas do capital e à uma visão de conformação, de assentamento e naturalização das diferenças entre o público e o privado.

Em pesquisa anterior (MORGAN, 2020) identificou-se a FIS como um aparelho privado de hegemonia, a partir da conceituação formulada por Antonio Gramsci (2005), cuja atuação fora dividida, para fins de análise, em três categorias principais: a formação, o financiamento e a produção de conhecimento. Dessa feita, este artigo busca isolar e aprofundar a categoria de formação, especificamente no que tange às formações voltadas para a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Tomando a Análise de Redes Sociais (BALL; JUNEMANN, 2012; SHIROMA, 2020) como referencial metodológico, buscou-se demonstrar como a FIS atua nesse processo de implementação e quais os interesses subjacentes desse vultuoso investimento.

Breve caracterização da Fundação Itaú Social

Embora a FIS tenha sido constituída no ano de 2000, suas origens datam de 1993, com a criação do Programa de Apoio Comunitário cujo objetivo era articular as ações sociais que vinham sendo empreendidas pelo banco Itaú. Sua criação teve como aporte financeiro inicial um fundo patrimonial

³ ITAÚ SOCIAL. Disponível em: <<https://www.itausocial.org.br/documentos/>> Acesso em 05/01/2020

⁴ ITAÚ SOCIAL. Disponível em: <<https://www.itausocial.org.br/documentos/>> Acesso em 05/01/2020.

Interfaces da Educação, Paranaíba, V. 12, N. 35, p. 1039 a 1064, 2021

resultante de doações de empresas do Grupo Itaú, mas não foi possível identificar o montante. Porém, identificou-se que, no primeiro ano de existência, o investimento foi de mais de R\$ 5 milhões, embora o Projeto piloto da Fundação só tenha iniciado suas atividades em 1994.

Foi de Maria Alice Setúbal, herdeira do banco, a ideia de criar a fundação, evitando, desta forma, que o compromisso social da empresa dependesse dos acionistas e do panorama econômico de cada época.

Sempre insisti muito para que os projetos sociais saíssem de dentro do banco para formar uma fundação. [...] defendi muito essa proposta, porque era uma forma de mostrar para a sociedade a perenidade do compromisso social do banco. (SETÚBAL *apud* MARTINS, 2014. s/p).

As ações iniciais, então realizadas pelo Programa Itaú Social, foram continuadas pela Fundação a partir de sua instituição, no ano de 2000 e a ação social do banco tornou-se mais abrangente e com o novo modelo de gestão, supostamente independente da *Holding*.

Segundo seu Estatuto Social⁵, a FIS é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, instituída pela Itaúsa⁶ (art. 1º) e tem como mantenedor principal o Itaú Unibanco Holding S.A., sendo as demais empresas do conglomerado (que formam o bloco comandado pela Itaúsa) mantenedores eventuais (art. 4º).

O quadro da FIS é composto pela governança, subdividida em um Conselho Curador e Diretoria, além de um quadro de 54 funcionários atuantes em torno de 10 áreas de atuação. Cerca de 24% dos funcionários atuam na área de fomento cuja definição não foi encontrada.

Pode-se inferir, no entanto, que a área de Fomento, que concentra o maior número de funcionários permanentes da FIS, em analogia à legislação da administração pública, destina-se a incentivar e propor ações de parceria com o poder público e outras entidades e organizações da sociedade civil.

⁵ ITAÚ SOCIAL. Disponível em: <<https://www.Itaúsocial.org.br/documentos/>>. Acesso em: 09/01/2020.

⁶ “A Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. é uma holding pura que investe em empresas atuantes em diversas áreas como os setores financeiro, indústrias de painéis de madeira, louças e metais sanitários, revestimento cerâmico, vestuário, calçados e gasodutos.” Disponível em: <<http://www.Itaúsa.com.br/pt/conheca-a-Itaúsa/empresas-do-grupo>>. Acesso em 30/01/2020

Ao analisarmos a missão a qual propõe-se, a Fundação expõe de forma clara e concisa, que seu campo de alcance pretendido é a educação pública. A entidade, a partir do pressuposto de que a sociedade civil organizada tem a responsabilidade de envolver-se com o contexto no qual está inserido, busca “desenvolver, implementar e compartilhar tecnologias sociais para contribuir com a melhoria da educação pública brasileira”⁷. Ainda nessa mesma perspectiva, a Fundação, ao expor sua visão em sua página, coloca-se enquanto “polo de desenvolvimento educacional articulador, agregador e produtor de conhecimento”⁸.

Tal missão e visão da Fundação vem ao encontro do que postula Montaño (2010), quando afirma que há uma passagem de responsabilidades em relação as questões sociais do primeiro setor (identificado enquanto o Estado) para o terceiro setor (identificado enquanto Sociedade Civil), por meio de parcerias público-privadas e com o intuito de “encobrir e gerar a aceitação da população a um processo que [...] tem clara participação na estratégia atual de reestruturação do capital.” (MONTAÑO, 2010, p. 224).

Já no que tange ao objeto a que se destina, seu Estatuto Social determina, em seu art. 2º, que este será ancorado pela gestão de

projetos de interesse da comunidade, de forma ampla e objetiva, apoiando ou desenvolvendo projetos sociais, científicos e culturais, nas comunidades onde o Itaú Unibanco S.A. atua, prioritariamente no ensino fundamental e saúde; e apoiar projetos ou iniciativas já em curso, sustentados ou patrocinados por entidades de reconhecida idoneidade.⁹

No parágrafo único do mesmo artigo, a entidade permite-se “contratar com terceiros a prestação de serviços técnicos e firmar contratos e convênios com entidades públicas e privadas”

A FIS está estruturada internamente com a divisão de sua administração entre o Conselho Curador e a Diretoria. O primeiro é o órgão máximo de consulta e deliberação e ao segundo cabe a execução das ações. É perceptível, em análise ao texto do Estatuto Social, que dentro da organização

⁷ ITAÚ SOCIAL. Disponível em: <<https://www.Itaúsocial.org.br/>>. Acesso em: 09/01/2020.

⁸ Idem.

⁹ ITAÚ SOCIAL. Disponível em: <<https://www.Itaúsocial.org.br/documentos/>>. Acesso em: 09/01/2020.

da FIS há uma hierarquia bem colocada e documentada, a partir da qual o Conselho Curador, indicado em sua totalidade pelas empresas do grupo, concentra o planejamento e a nomeação dos membros da Diretoria. A esta última, cabe função de execução das tarefas e decisões definidas pelo primeiro.

Ao analisarmos os sujeitos que ocupam as quatro cadeiras, das 14 possíveis no Conselho, é seguro inferir que não há, por parte da *holding*, a preocupação em manter no centro decisório de suas ações sujeitos ligados às políticas sociais ou especialistas na área de educação, o que seria desejável por ser este o ponto focal de suas atividades. Além disso, seus ocupantes são membros das famílias que dirigem a mantenedora.

As formações acadêmicas dos conselheiros restringem-se às áreas da engenharia, à área econômica e, principalmente, administrativa. Nenhum deles possui formação em educação ou na área social. Nessa perspectiva, é bastante pertinente afirmar que as decisões de toda ordem tomadas pela FIS ancoram-se fortemente em um viés, no mínimo, economicista.

Ao contrário do que postula o estatuto social da empresa, o Diretor Presidente é Roberto Setúbal. A cadeira, de acordo com o art. 7º, §1º do documento, deveria ser ocupada pelo presidente do mantenedor principal, no caso em tela a Itaú Unibanco *holding* S.A. cujo Presidente, desde 2017 é Candido Botelho Bracher.

No que tange à Diretoria, é composta, para além do Diretor Presidente, conta ainda com um Diretor Vice-Presidente de Programas Sociais (Fábio Colletti Barbosa), um Diretor Vice-Presidente Administrativo e Financeiro (Osvaldo Nascimento) e quatro diretores: Andrea Matteucci Pinotti Cordeiro, Claudia Politanski, Denise Lanfredi Tosetti Hills Lopes e Reginaldo Camilo.

Fabio Colleti Barbosa tem formação em administração pela Fudação Getúlio Vargas e MBA pelo *International Institute for Management Development*, localizado na Suíça. Atuou profissionalmente em diversas empresas como a Nestlé, Citbank, Abril S.A. e a ABN Amro Bank. Foi membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da

República¹⁰ e vice-presidente da FIS. Atualmente o executivo é conselheiro também da Orquestra Sinfônica de São Paulo e da Natura.

Os demais membros do Conselho foram caracterizados na tabela que segue.

Tabela 1: Composição e caracterização dos membros do Conselho Curador da FIS (2019)

NOME	FORMAÇÃO	ATUAÇÃO
Andrea Matteucci Pinotti Cordeiro	Administração de Empresas (FGV) e MBA (<i>Harvard Business School</i>)	Diretora de Marketing Institucional da Itaú Unibanco S.A.
Claudia Politanski	Bacharel em Direito (USP)	Vice-presidente do Itaú Unibanco e líder das áreas de Pessoas, Jurídico, Ouvidoria, Relações Governamentais e Institucionais, Comunicação Corporativa e Marketing
Denise Lanfredi Tosetti Hills Lopes	Não encontrado	Diretora na FIS
Reginaldo Camilo	Ciências Contábeis	Superintendente da Itaú Unibanco S.A. Membro do Conselho Fiscal do CENPEC - Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária e do GIFE - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados disponíveis na página da FIS e pesquisa nominal em páginas de livre acesso na Internet.

Excluindo-se do escopo a formação de Denise Lopes, percebe-se que o panorama não se modifica substancialmente, quando comparado ao Conselho Curador, no que tange à formação dos sujeitos que o compõe. A diferença existe, no entanto, se compararmos os nós da rede da Diretoria com as do Conselho Curador. Enquanto o segundo conserva no clã familiar dos acionistas majoritários da *holding* todo o poder decisório, tomando para si a responsabilidade de traçar os rumos da FIS, a segunda é composta por membros não familiares. Ainda assim, mesmo que não pelo laço familiar, estão

¹⁰ O CDES foi criado no governo Lula, a partir da Lei nº 10.683/2003, e foi um órgão de assessoramento direto à presidência da República. Foi extinto em 2019, no Governo Bolsonaro, pela Lei nº 13.844.

entrelaçados pela *holding* na qual todos trabalham ou trabalharam em algum momento.

Esta convergência e alinhamento ideológico tanto no Conselho Curador quanto na Diretoria, vai ao encontro do que Paoli (2002) coloca em relação ao movimento de conscientização do empresariado. A autora afirma que há a ausência, nesse movimento empresarial em torno da Responsabilidade Social Empresarial (RSE), daquilo que é fundamental quando fala-se em direitos universalmente instituídos, que é a formação de um “espaço público real” caracterizado pela sua construção universal. Espaço este “no qual a crítica e o dissenso organizado dos excluídos pode se instalar na demanda dos direitos” (PAOLI, 2002, p. 403).

Ainda segundo a autora, a presença dos excluídos no debate público sobre as suas próprias demandas é de fundamental importância, cuja ausência expõe “uma noção de cidadania particularista que não tem pela frente uma alteridade real, pois não há a figura de outros que possam participar e negociar os bens sociais doados nem um controle público (e não apenas contábil) dessas atividades” (PAOLI, 2002, p. 403).

A composição gerencial da FIS expõe, em última instância, sua despreocupação com as demandas trazidas pelos destinatários de suas ações de RSE corroborando a ideia de que, para o empresariado, mais importante é a imagem de empresa socialmente responsável, favorecendo sua competitividade no mercado, o valor agregado à marca e o fomento às ações empreendedoras das entidades do terceiro setor do que as necessidades reais dos destinatários de seus projetos e programas.

A composição gerencial a partir tanto do Conselho Curador quanto da Diretoria, demonstra ainda, uma contradição em relação à ideia inicial trazida por Maria Alice Setúbal, quando da criação da Fundação, a de desvincular as ações da FIS dos acionistas da *holding* tendo em vista que, ao compor a gerência da FIS, exclusivamente, com membros ligados intrinsecamente às pessoas com cargos na *holding*, os interesses desta última tendem a ser priorizados em detrimento dos interesses e necessidades sociais mais amplas.

Ball (2014) afirma que o neoliberalismo (e acrescenta-se aqui o capitalismo de terceira via também) “está produzindo novos tipos de atores sociais, sujeitos sociais híbridos que são espacialmente móveis, eticamente maleáveis e capazes de falar as linguagens do público, do valor privado e filantrópico.” (BALL, 2014, p. 230). Estes homens e mulheres, que compõem o centro decisório da FIS, representam a materialização de que nos fala o autor.

Juntas, essas pessoas, suas relações e suas interações, sua moralidade e seu dinheiro, suas ideias e sua influência estão transformando as relações sociais, econômicas e políticas e aplicando o imaginário neoliberal de formas muito reais e práticas na educação e na política educacional (BALL, 2014. p. 230).

Uma das formas de influência para aplicação do ideário de que nos fala Ball utilizada pela Fundação Itaú Social é o apoio à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), como será exposto a seguir.

O Ambiente de Formação para a Base Nacional Comum Curricular

Os debates sobre políticas curriculares sempre permearam o debate geral sobre as políticas educacionais no Brasil. Desde o Império, tentativas de reformas do ensino passavam pela ideia de se rever o que deveria ser ensinado e de que forma isso seria feito. No período republicano, isso fica ainda mais evidente. Saviani (2019) mostra que muitas tentativas de reformas, como a Reforma Rocha Vaz, por exemplo, buscavam padronizar a educação ofertada nos estados, conciliando com os interesses da União.

No período Vargasista isso se reforça: tantas as Reformas Francisco Campos como Capanema imprimem mudanças curriculares, ao menos na oferta do ensino e na criação de componentes novos (HORTA, 2012). Na Ditadura Civil-Militar, tanto a obrigatoriedade do ensino profissionalizante vinculado ao que hoje conhecemos como Ensino Médio, quanto a definição de componentes obrigatórios (Moral e Cívica, por exemplo) demarcam as disputas travadas no campo das políticas curriculares.

Mas foi após a redemocratização, a partir dos anos 1990, que o Brasil se alinha com a agenda internacional da educação, capitaneada por organismos como a Unesco¹¹, o Banco Mundial e a OCDE¹². A partir do governo de Fernando Henrique Cardoso, houve um intenso esforço no sentido de produzir novos documentos curriculares, materializados nos Parâmetros Curriculares Nacionais, nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e nas Diretrizes Curriculares Nacionais, entre outros.

Nos governos seguintes, de Lula e Dilma Roussef, parecia haver uma espécie de pacificação sobre os debates curriculares, até a introdução da ideia de Base Nacional Comum reaparecer.

A Base Nacional Comum Curricular passou a ser uma demanda da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e uma agenda do Plano Nacional de Educação. O debate sobre a BNCC ganhou força em 2014 quando o Ministério da Educação (MEC) retomou para a construção dos direitos de aprendizagem para a educação básica, embora a base aprovada pelo CNE a partir do documento do MEC, tenha consolidado a proposta de Base Nacional Comum Curricular, que tomou o lugar de uma concepção de Base Comum Nacional. Houve uma inflexão dos conceitos presentes entre a primeira versão e a que foi aprovada pelo CNE em 2017; exemplo disso, é o conceito de base nacional comum e base nacional curricular comum, direitos de aprendizagem e competências e habilidades, ou seja, a própria concepção curricular que norteia a base (PERONI, CAETANO; ARELARO, 2019, p. 42)

Assim, a sociedade civil passou a debater (e defender) a implementação da Base, inclusive a partir dos aparelhos privados de hegemonia do empresariado, mais especificamente com o Movimento pela Base, que tem entre os seus apoiadores institucionais o Todos pela Educação, o Instituto Unibanco, o Banco Itaú Educação e Trabalho, entre outros.

Importante destacar que a implementação da BNCC altera não apenas a configuração dos currículos de redes e escolas, mas também requer novos materiais didáticos, novas formações para docentes, gestores escolares e educacionais e novas estruturas físicas nas escolas, o que requer intensos investimentos por parte dos governos e mesmo das instituições privadas. Algumas dessas fundações estão diretamente ligadas a grupos com interesses

¹¹ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

¹² Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

Interfaces da Educação, Paranaíba, V. 12, N. 35, p. 1039 a 1064, 2021

editoriais e consultivos, como a Fundação Lemann, a Fundação Roberto Marinho e o Instituto Ayrton Senna.

Pode-se inferir, a partir do exposto, que a BNCC configura-se atualmente como um importante elemento de uma

[...] agenda global que vai se estruturando localmente, a partir de grupos hegemônicos, nem sempre coesos, ora mais liberais, ora mais ultraliberais, ora neoconservadores e autoritários, mas que têm obtido sucesso em impor sua agenda que assume formas múltiplas de atender os ditames do mercado e dos interesses conservadores.” (HYPÓLITO, 2019. p. 199)

A Fundação Itaú Social, em especial a partir de seu Polo de Formação, integra os tais grupos hegemônicos citados. Por meio de programas, cursos e outras soluções, a FIS se firma como importante ponto nodal da rede de influência da formulação, implementação e monitoramento de políticas educacionais.

Um dos programas da FIS ligados à formação é o “Ambiente de Formação”, que propõe-se a oferecer cursos para “gestores de educação, coordenadores pedagógicos, professores, servidores públicos, gestores e equipes de OSCs – Organizações da Sociedade Civil” (ITAÚ SOCIAL¹³, 2019. s/p). A partir de 17 diferentes percursos formativos em 5 áreas temáticas: Gestão Operacional, Gestão Pedagógica, Monitoramento e Avaliação, Multiletramentos e Educação na Pandemia. Segundo a FIS, os percursos formativos possibilitam, a partir da escolha dos cursos de preferência, “uma experiência autônoma de aprendizagem” (ITAÚ SOCIAL¹⁴, 2019. s/p).

Os cursos são ofertados por meio de tecnologias de educação a distância disponíveis em um “polo de formação” criado no ano de 2019 e variam de 06 a 54 horas de conteúdo em vídeo, tendo sido agrupados tematicamente dentro dos percursos formativos cuja organização foi sistematizada a seguir.

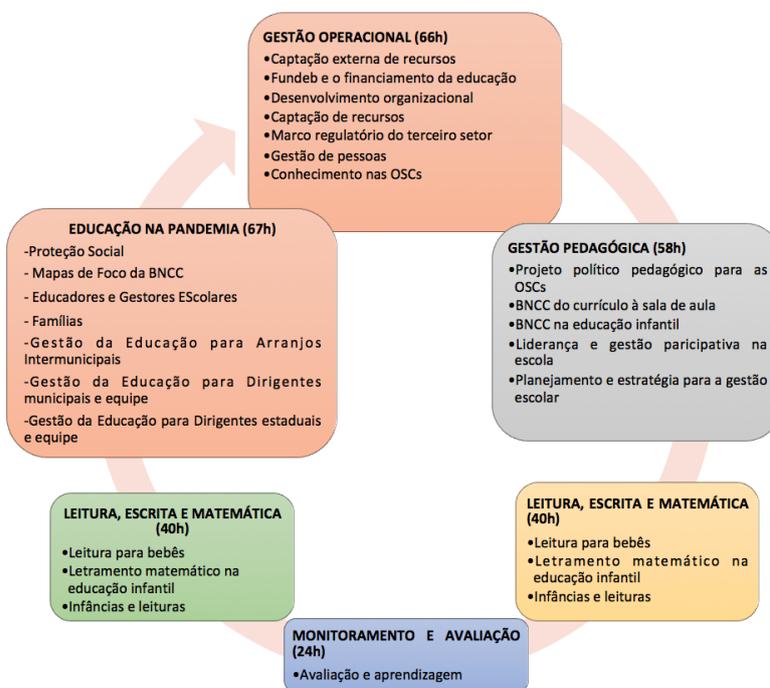
Cada curso é apresentado na plataforma de maneira simples, contendo informações básicas sobre seus objetivos, os conteúdos programáticos abordados, as expectativas de aprendizagem ao final de cada curso, a carga

¹³ POLO. Disponível em <https://polo.org.br/> Acesso em 11/12/2019.

¹⁴ Idem.

horária, os temas abordados, os parceiros na construção e exibição de cada um dos cursos oferecidos e o público-alvo.

Figura 1: Cursos do Ambiente de Formação em 2019



Fonte: Elaborado pelos autores com base nas informações disponíveis na página do Polo de formação.

É possível identificar que, dentro de um mesmo percurso formativo, há cursos voltados para os sujeitos que integram escolas públicas e também para aqueles que atuam nas OSCs. Porém, ao isolarmos os cursos oferecidos, cujo público-alvo é composto por sujeitos ligado à iniciativa privada e, posteriormente, oferecidos a agentes públicos, percebemos uma maior incidência nos cursos do segundo tipo. São 27 formações certificadas aos segundos, que somam 184 horas de conteúdo e 22 formações oferecidas para os primeiros, totalizando 104 horas de conteúdo.

Embora seja clara a intenção de fortalecimento da sociedade civil em diversas outras ações, o conteúdo dirigido aos sujeitos envolvidos com a educação pública em um âmbito de formação pode demonstrar a necessidade de penetração no funcionamento dos serviços públicos modificando sua lógica.

Quando isolados os cursos oferecidos para gestores públicos, o financiamento de projetos e programas conta com, além da captação de recursos de outros entes federados, a submissão a editais de agências internacionais como o Banco Mundial ou o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Este mesmo curso é oferecido também a gestores escolares, supondo o entendimento, por analogia, de que às escolas também são válidas tais premissas. No mesmo vídeo há a possibilidade de parcerias com organizações não governamentais locais para a captação externa de recursos.

A questão da formação, segundo Maués (2003), integra a maior parte das reformas educativas decorrentes de orientações dos organismos multilaterais. Segundo a autora, observando alguns documentos ligados à OCDE, a formação continuada dentro do que nomeia de “kit reforma”, traz em seu bojo “o caráter de acomodação e assimilação dos professores a uma sociedade que está cada vez mais voltada para as lógicas de mercado” (MAUÉS, 2003) objetivando, em última instância “a adaptação às exigências postas pelos governos, que apresentam a necessidade de uma atualização a esse novo mundo globalizado.”

Tal tendência pode ser identificada nos cursos oferecidos pela FIS, em especial, naqueles voltados para a BNCC, cujo objetivo é “Oferecer cursos que capacitam as equipes a compreender a BNCC e estabelecer processos para que sua implementação se efetive na escola¹⁵”. A FIS, no percurso formativo para a BNCC, que contém 60 horas de conteúdo em vídeo dividido em 05 cursos¹⁶, propõe que se entenda a “estrutura e os conceitos da BNCC e como aplicá-la na sala de aula”¹⁷, demonstrando seu viés utilitarista, muito valorizado pelas propostas internacionais para os países em desenvolvimento (SANTOS, 2004).

O percurso voltado para a BNCC também expõe as habilidades que devem ser adquiridas por meio do percurso:

¹⁵ POLO. Disponível em: <<https://polo.org.br/gestao-pedagogica/formacao/6/bncc-do-curriculo-a-sala-de-aula>>. Acesso em 20/01/2021

¹⁶ Há outros cursos voltados para a BNCC no Polo de Formação da Fis. Para este artigo foi utilizado apenas o percurso formativo intitulado “BNCC”.

¹⁷ Idem.

- Conhecer os conceitos de educação que orientam o documento.
- Instituir processos reflexivo-formativos nos estudos da BNCC, com vistas a ampliar os saberes docentes.
- Articular processos democráticos e participativos na gestão escolar.
- Identificar os papéis de liderança pedagógica e as formas de atuação que favorecem a boa implementação da BNCC na escola.
- Monitorar processos e avaliar recursos educacionais.
- Revisar práticas de gestão escolar e o PPP da instituição tendo como referência a BNCC.¹⁸

A observação das habilidades demonstra uma capilarização do tema por todos os aspectos funcionais da escola: na gestão, na docência, na avaliação e nos processos cotidianos. Tal constatação infere que a Base Nacional Comum Curricular, sob a perspectiva que a FIS deseja imprimir às instituições de educação das massas, representa o epicentro das ações educativas e organizacionais das escolas brasileiras.

Para fins de análise, neste artigo, os cursos que fazem parte do percurso formativo foram sistematizados na tabela a seguir condensando as informações mais relevantes para a construção do grafo da rede social e da rede de afiliações a eles atrelada:

Tabela 2: Cursos que compõe o percurso “BNCC

Título	Carga Horária	Objetivo	Autor/Parceiro
Introdução à Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	10 horas	Compreender a estrutura da BNCC, suas definições e concepções; Entender o papel da gestão escolar na implementação do documento no cotidiano da escola.	- Renata Gibelli - Nova Escola
A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) nas práticas da gestão escolar	10 horas	Conhecer princípios da gestão democrática, os campos de atuação do gestor escolar e como esta perspectiva é importante para a implementação da BNCC.	- Sonia Guaraldo - Nova Escola
A BNCC como oportunidade para rever o projeto político-pedagógico	10 horas	Entender a importância do PPP e do plano de ação e como usá-los bem em sua escola.	- Sonia Guaraldo - Nova Escola
Monitoramento de processos e	10 horas	Saber tomar decisões com base na análise de dados e avaliações.	- Claudia Pimenta

¹⁸ POLO. Disponível em <https://polo.org.br/gestao-pedagogica/percurso/54/bncc>. Acesso em 30/01/2021

avaliação de recursos educacionais			- Nova Escola
Experiência e protagonismo: a BNCC na Educação Infantil	20 horas	Compreender a visão atual sobre a infância e entender como as crianças aprendem. Conhecer campos da experiência, relacionar interações e brincadeiras ao desenvolvimento infantil e promover práticas pedagógicas que privilegiem a criança. Valorizar o protagonismo e a intencionalidade docente e a escuta sensível na Educação Infantil.	- Não citado - Avante Educação

Fonte: Elaborado pelos autores com base nas informações disponíveis na página do Polo de formação.

Em análise aos parceiros, pode-se perceber que a Nova Escola apoia quatro dos cinco conteúdos disponíveis no Polo e a Avante Educação e Mobilização Social apoia um, referente à educação infantil, cuja carga horária representa o dobro dos outros conteúdos.

A Associação Nova Escola, dentro do universo dos professores da educação básica, é bastante conhecida. Seu sucesso entre os docentes se dá por meio de uma publicação intitulada Revista Nova Escola, cuja criação data de 1986 por iniciativa da Fundação Victor Civita, atrelada à Editora Abril.

O objetivo inicial constante no primeiro número da Revista era “Fornecer à professora informações necessárias a um melhor desempenho de seu trabalho; valorizá-la; resgatar seu prestígio e liderança junto à comunidade; integrá-la ao processo de mudança que ora se verifica no país; e propiciar uma troca de experiências e conhecimentos entre todas as professoras brasileiras de 1º grau”.¹⁹

Sua popularidade entre os docentes pode ser atribuída à ampla distribuição desde o primeiro número da revista para 220 mil escolas públicas de todo o país que foi viabilizada por um acordo entre o Ministério da Educação e a Fundação Victor Civita.²⁰²¹

¹⁹ Informações disponíveis em <https://fvc.org.br/institucional/a-nossa-historia/> Acesso em 11/03/2021

²⁰ Informações disponíveis em <https://fvc.org.br/institucional/a-nossa-historia/> Acesso em 11/03/2021

²¹ Não foi possível precisar se a Fundação doou as revistas às escolas ou se as vendeu à preço de custo ao MEC.

Ao longo do tempo, outros produtos editoriais e de produção de conteúdo foram sendo incorporados e ligados à marca Nova Escola destacando-se aqui o Lançamento de uma segunda revista voltada especificamente para os coordenadores pedagógicos e diretores de escolas. A Gestão Escolar surge no ano de 2009 ostentando o título de segunda maior publicação da área da educação, sendo a primeira a revista que a deu origem.

A inflexão na história das Revistas veio no ano de 2015 quando a Fundação Victor Civita as repassa para a Fundação Lemann que cria a Associação Nova Escola a fim de gerenciar as duas marcas.

Sobre a Associação Nova Escola, segundo informações constantes em sua página, é uma

[...] organização de Educação e a marca mais reconhecida por professoras e professores de Educação Básica no Brasil. Desenvolvemos produtos, serviços e conteúdos que valorizam os professores, facilitam seu dia-a-dia e apoiam sua carreira. Nossa missão é fortalecer educadores para transformar a Educação pública brasileira e possibilitar que os alunos desenvolvam o máximo do seu potencial. (NOVA ESCOLA. s/a, s/p²²)

Seu alcance, chega a 36 milhões de acessos por ano ao site, 1,2 milhões de professores fazendo uso dos Planos de Aula produzidos pela Associação mensalmente e um total de 200 mil profissionais da educação básica que concluíram os cursos online oferecidos. Quanto ao aporte financeiro, não foi possível localizar o Relatório ou Balanço Financeiro nem a partir da Fundação Lemann e nem da Associação Nova Escola.

O Avante Educação é também, assim como a Nova Escola, uma Associação Privada em cuja descrição presente em sua *home page* aponta sua missão como

atua na garantia de direitos de crianças, jovens, mulheres, famílias e profissionais da educação, agentes comunitários e agentes públicos, participantes do Sistema de Garantia de Direitos (SGD). Como principal ferramenta a Avante faz uso de processos formativos que considerem os sujeitos como capazes de aprender, de construir significados e fazer sentido das suas histórias, atuando crítica e

²² Disponível em <https://novaescola.org.br/quem-somos>. Acesso em 11/03/2021
Interfaces da Educação, Paranaíba, V. 12, N. 35, p. 1039 a 1064, 2021
ISSN 2177-7691

Os projetos desenvolvidos pela associação dividem-se em dois pilares principais, a formação de educadores e a mobilização e controle social, a partir das quais busca interferir na “transformação da realidade, gerando impactos”.

São três os cursos oferecidos no pilar da formação abarcando os profissionais da educação infantil em dois deles (um em parceria com a Fundação Itaú Social e outro em parceria com a Fundação Vale) e um terceiro curso de formação cujo enfoque é o letramento e a alfabetização (em parceria com a Fundação Vale). Em todos os cursos oferecidos, os profissionais destinatários de tal ação são coordenadores pedagógicos; professores; gestores; equipe técnica da secretaria.

Segundo o Relatório de Atividades relativo aos anos de 2018 e 2019, a Avante Educação e Mobilização Social atingiu a marca de 117 mil pessoas impactadas diretamente por suas ações e 800 mil pessoas impactadas a partir de suas redes sociais. Para tanto, foram investidos R\$ 6.928.634,71, dos quais R\$ 4.917.951,51 fora doações recebidas por Fundações e Instituições. Não foi possível precisar o investimento recebido por cada parceiro ou, ainda, sua aplicação por projeto.

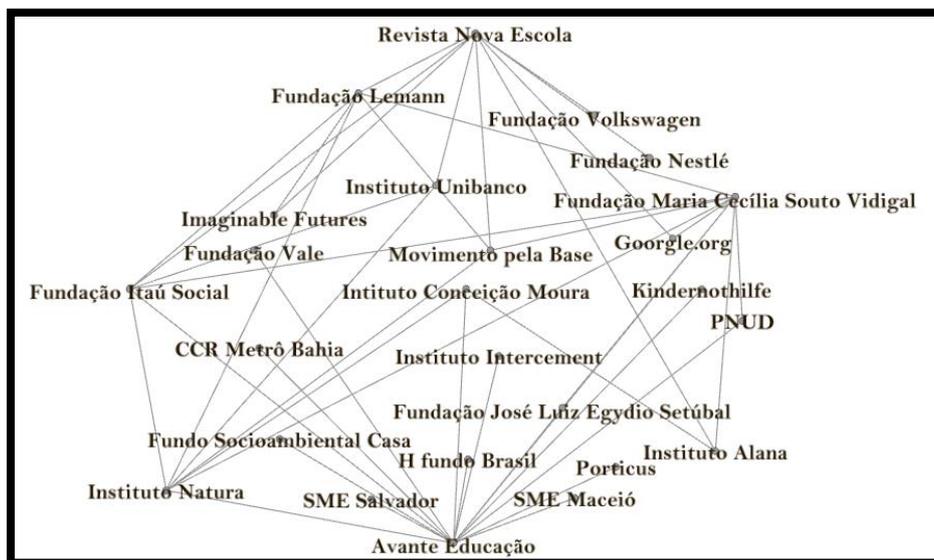
No eixo Formação de Educadores, a Avante formou 4177 educadores e 412 Gestores Públicos, impactando mais de 15 mil famílias e 75 mil crianças e adolescentes. Por todo o exposto, pelo tamanho e alcance das parceiras selecionadas pela FIS para a produção e disseminação do conteúdo sobre a BNCC entre educadores de todo o país, é possível afirmar que a escolha da Nova Escola e da Avante não foi aleatória.

Corroborando o já apontado potencial de incidência de maneira contundente na educação, em especial na educação pública, ao analisarmos o grafo de sua rede social e da rede de afiliados, pode-se verificar o alcance da ação capitaneada pela FIS. O grafo a seguir foi construído incluindo os parceiros mantenedores diretos das organizações autoras e os elos relacionais entre estes nós, demonstrando as relações indiretas entre os dois parceiros

²³ Disponível em <http://avante.org.br/quem-somos/> Acesso em 16/06/2021
Interfaces da Educação, Paranaíba, V. 12, N. 35, p. 1039 a 1064, 2021
ISSN 2177-7691

iniciais e organizações de grande alcance cuja ação incide sobre as práticas e políticas de educação no Brasil.

Figura 2: Grafo da rede social e rede de afiliação do percurso formativo BNCC da FIS



Fonte: Elaborado pelos autores com base nas informações disponíveis na página do Polo de formação.

É importante frisar que os dois parceiros têm apenas a FIS como nó comum, entretanto, ao analisar a rede de afiliados, pode-se verificar que as conexões entre os nós os colocam em contato de influência.

A Fundação Lemann, por exemplo, é apoiadora direta do Movimento pela Base e mantenedor da Associação Nova Escola, porém não aparece como apoiadora do Avante Educação e Mobilização. Mas, ao analisarmos as relações cruzadas que se materializam por meio do apoio ao Instituto Natura, à Fundação Maria Cecília Souto Vidigal e à Fundação Itaú Social vai se formando uma sinergia em prol de um pensamento hegemônico em torno de seus pressupostos.

Este contato de influência pode ser ainda maior tendo em vista que boa parte das multinacionais não apresentam em seus relatórios de atividades ou em sua *home page* a listagem de parceiros. Este é o caso de gigantes como a google.org, o Instituto Alana, a Fundação Nestlé, a Porticus, dentre outras.

Para Freitas (2018), estas redes sociais

[...] operam em redes difusas de influência, construindo alianças mais amplas com acadêmicos, grandes empresários, rentistas e suas fundações, políticos no interior de instâncias legislativas e do governo, institutos, centros e organizações sociais, indústria educacional e a mídia, imersos no tecido social, construindo a legitimação de sua concepção de sociedade e de educação. (FREITAS, 2018, p. 41)

Ainda que o autor esteja referindo-se aos nós que compõem a rede estadunidense, é possível perceber claramente as similitudes com as ações do empresariado brasileiro.

Considerações Finais

A rede social construída a partir de apenas um percurso formativo da FIS reúne em seu interior organizações que realizam ações diretas sobre a educação pública, lobby entre parlamentares, formação de professores, gestores e intelectuais, apropriam-se do discurso competente em educação frente à grande mídia e inserem-se no que Ball e Olmedo (2013) nomeiam de Filantropia 3.0, ou filantropia lucrativa.

Uma das características deste tipo de filantropia, destacada pelos autores é a criação e consolidação de redes internacionais e governança filantrópica caudatárias da globalização econômica e da proliferação de corporações multinacionais, que buscam desenvolver soluções escaláveis, independente dos condicionantes locais.

Nesta esteira, é interessante observar que dos 25 nós que esta rede apresenta, 7 deles (mais de 25%) são organizações internacionais ou multilaterais com atuação em vários países, com ênfase em países em desenvolvimento na latino américa e na África.

Não é possível isolar nos relatórios de atividades o número de participantes de cada um dos cursos ou do percurso formativo, porém, sabe-se que no ano de 2019. Entre os meses agosto a dezembro, os cursos da

plataforma Polo atenderam a 17 mil pessoas, sendo o conteúdo “BNCC do currículo à sala de aula”²⁴ o terceiro lugar em matrículas.

Os programas de formação foram responsáveis, em 2019, pela segunda maior despesa da FIS totalizando 23 milhões e meio de reais. O valor de 2018 foi de pouco mais de 12 milhões de reais, o que demonstra um interesse em produzir e disseminar conteúdo formativo para docentes e gestores públicos e privados.

Ainda no âmbito de formação, as voltadas para os gestores, também são pontos importantes. De acordo com Krawczyk (2002), em análise a diversos documentos de vários organismos internacionais²⁵, há uma tendência ao consenso em torno da ideia de que a “diversificação de funções e as novas tarefas de gestão impõem um novo perfil profissional aos dirigentes da educação, em especial ao diretor e à equipe coordenadora da escola, mas também às equipes municipais ou locais.”

Na linha do consenso, os cursos da FIS não voltam-se apenas para os gestores escolares, mas extrapolam tal delimitação atuando junto aos gestores dos sistemas, inclusive, em parceria com a Undime²⁶ e o Consed²⁷ que, embora não relacionados inicialmente neste programa, são identificados na rede social que a partir dele é constituída.

Assim, o que observamos é um projeto de conformação, de concertação, aquilo que Macedo (2017), amparada pelo pensamento de Wendy Brown expôs como a substituição do *homo politicus* pelo *homo economicus*, tornando o conhecimento cada vez mais utilitarista, pragmático, tecnicista e voltado a uma pretensa empregabilidade. O projeto hegemônico para mascarar desigualdades, manter o dualismo estrutural das escolas e da sociedade e reforçar mecanismos de privatização da educação pública são excelentes meios para se reafirmar tais objetivos.

²⁴ O curso oferecido em 2019 foi reformulado, convertendo-se em parte do percurso formativo ora analisado.

²⁵ Publicações do Banco Mundial, da CEPAL, do PREAL, do BID, do IPE/UNESCO e da OREALC/UNESCO (KRAWCZYK, 2002. p. 45)

²⁶ União dos Dirigentes Municipais de Educação.

²⁷ Conselho Nacional de Secretários de Educação.

Com esse fim, o modelo de formação oferecido pela Fundação Itaú Social, atrelado ao programa de uniformização curricular e eliminação da autonomia docente, ao invés de contribuir para o desenvolvimento da crítica intelectual e para a emancipação das pessoas, reforça a reprodução das estruturas de desigualdade, em que somente uma educação – literalmente – bancária (FREIRE, 2005) é desejável.

Referências

BALL, S. J. *Educação Global S.A.* Novas redes de políticas e o imaginário neoliberal. Ponta Grossa, PR: Editora UEPG, 2014.

BALL, S. J.; JUNEMANN, C. *Networks, new governance and education*. Bristol, UK: Policy Press, 2012.

BALL, S. J.; OLMEDO, A. A nova filantropia, o capitalismo social e as redes de políticas globais em educação. In: PERONI, V. M. V.; LIMA, P. V.; KADER, C. R. (Orgs.). *Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação*. Brasília: Liber Livro, 2013, p. 33-47.

CHAUÍ, M. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 1997.

FOSTER, J. B. Educação e a crise estrutural do capital: o caso dos Estados Unidos. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 31, n. 1, p. 85-136, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2013v31n1p85> Acesso em 02 mar. 2021.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREITAS, L. C. *A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. *Educ. Soc.*, v. 33, n. 119, p. 379-404, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302012000200004> Acesso em 02 mar. 2021.

GRAMSCI, A. *Cartas do cárcere: 1931-1937*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

HORTA, J. S. B. *O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945)*. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

HYPÓLITO, A. M. BNCC, agenda global e formação docente. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 13, n. 25, p. 187-201, 2019. Disponível em <https://doi.org/10.22420/rde.v13i25.995> Acesso em 02 mar. 2021.

KRAWCZYK, N. A sustentabilidade da reforma educacional em questão: a posição dos organismos internacionais. *Rev. Bras. Educ.*, n. 19, p. 43-63, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000100005>. Acesso em 02 mar. 2021.

MACEDO, E. As demandas conservadoras do Movimento Escola Sem Partido e a Base Nacional Curricular Comum. *Educ. Soc.*, v. 38, n. 139, p. 507-524, Jun. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/es0101-73302017177445> Acesso em 02 mar. 2021.

MARTINS, Andre Silva. A educação básica no século XXI: o projeto do organismo “Todos pela Educação” *Práxis Educativa*. Ponta Grossa, v.4, n.1, p.21-28 , jan.-jun. 2009. Disponível em <http://www.periodicos.uepg.br>. Acesso em 14/08/2017.

MARTINS, Ana Luiza. *Itaú Unibanco 90 anos: uma história muito além dos números*. Rio de Janeiro: Scriptorio, 2014.

MAUÉS, O. C. Reformas internacionais da educação e formação de professores. *Cad. Pesq.*, n. 118, p. 89-118, Mar. 2003. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742003000100005> Acesso em: 02 mar. 2021.

MONTAÑO, C. *O canto da sereia: crítica à ideologia e aos projetos do "terceiro setor"*. São Paulo: Cortez, 2010.

MORGAN, Karine Vichiatt. Um Itaú de vantagens feito pra você? A ação da Fundação Itaú Social na educação pública brasileira. 2020. 210f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005.

PAOLI, Maria Célia. Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil, In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, cap. 8, p. 373-418.

PERONI, V. M. V; CAETANO, M. R; ARELARO, L. R G. BNCC: disputa pela qualidade ou submissão da educação?. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 35, n. 1, p. 35-56, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.21573/vol1n12019.93094> Acesso em 02 mar. 2021.

SANTOS, Elenice Roginski. Responsabilidade social ou filantropia. *Revista FAE Business*, Curitiba, n. 9, p. 32-34, 2004.

SAVIANI, D. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2019.

SHIROMA, E. O. Redes, experts e a internacionalização de políticas educacionais. *Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa*, v. 5, n. e2014425, p. 1-22, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5212/retepe.v.5.14425.003> Acesso em 02 mar. 2021.

SHIROMA, E. O.; CAMPOS, R. F.; GARCIA, R. M. C. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 427-446, jul./dez. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/%25x> Acesso em 02 mar. 2021.